



A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA COMO INSTRUMENTO DE TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTO PARA OS MICROEMPRESÁRIOS: UM FOCO NA GESTÃO FINANCEIRA

ALEXANDRE COSTA QUINTANA
CRISTIANE GULARTE QUINTANA

Resumo

O presente estudo é resultado de um projeto de extensão empresarial denominado “Negócio a Negócio”. O referido projeto faz parte de uma parceria entre o SEBRAE/RS e diversas universidades com a intenção de oferecer atendimentos em Gestão Empresarial para micro empresas; possibilitando trazer para o estudante o reforço dos conteúdos acadêmicos e o conhecimento da realidade da microempresa. Neste sentido, procurou-se selecionar as informações relativas a gestão financeira destas empresas, para através dos resultados produzir conhecimento específico sobre as ações financeiras promovidas pelas empresas. Assim, o objetivo deste trabalho é identificar os principais instrumentos de gestão financeira utilizados pelas microempresas pesquisadas, com a intenção de produzir um diagnóstico que servirá de parâmetro para os microempresários, no sentido de aprimorar a gestão financeira. Em termos metodológicos, tem-se uma pesquisa descritiva, pois foi feita uma descrição dos dados relativos as micro empresas da Região Sul do Rio Grande do Sul. A coleta de dados foi derivada dos atendimentos realizados pelos estudantes da Universidade Federal do Rio Grande – FURG, que prestaram assessoria aos microempresários da Região, tendo como principais cidades-alvo os municípios de Rio Grande, Pelotas, Camaquã, São Lourenço do Sul, Jaguarão e São José do Norte. A universidade atendeu aproximadamente 5.000 microempresas. Em relação aos resultados obtidos destaca-se que 60% das empresas tem um controle formalizado e detalhado das entradas e saídas de dinheiro e possuem parâmetros formais e informais para calcular o capital de giro. Conclui-se que as microempresas têm preocupação com o caixa, no entanto a percepção do empresário em relação a gestão financeira está restrita apenas a este caixa, e o projeto está colaborando no sentido de mostrar ao empresário que é necessário gerir de forma adequada os estoques e os direitos a receber de clientes, para obter bons resultados na gestão financeira.

Palavras-chave: extensão universitária, microempresas, gestão financeira.

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo é resultado de um projeto de extensão empresarial denominado “Negócio a Negócio”. O referido projeto faz parte de uma parceria entre o SEBRAE/RS e diversas universidades com a intenção de oferecer atendimentos em Gestão Empresarial para microempresas; possibilitando trazer para o estudante o reforço dos conteúdos acadêmicos e o conhecimento da realidade da microempresa.

Entre as instituições participantes do projeto, destaca-se a Universidade Federal do Rio Grande – FURG, que é objeto deste estudo. No decorrer do projeto “Negócio a Negócio”, os estudantes da FURG, tiveram a oportunidade de colocar em prática os conhecimentos desenvolvidos durante o curso de graduação, e principalmente, perceber *in loco* como as microempresas podem utilizar os instrumentos de gestão desenvolvidos nos cursos.

Durante o projeto o aluno tinha a possibilidade de visitar as microempresas e realizar um estudo com base nas informações colhidas com o empresário, no sentido de contribuir para o processo de gestão destes pequenos negócios.

A intenção final do projeto era beneficiar tanto os empresários e empreendedores individuais, quanto os alunos dos cursos da Universidade que participaram do projeto. A execução de tal projeto, também, proporcionou às micro empresas a possibilidade de receber consultoria de gestão gratuita, além de terem a sua disposição um pacote de ferramentas gerenciais para colocar em prática.

De uma forma mais específica, esse trabalho, procurou deter-se em parte do material desenvolvido no projeto que tratava da gestão financeira das microempresas.

Neste sentido, procurou-se selecionar as informações relativas a gestão financeira destas empresas, para por meio dos resultados produzir conhecimento específico sobre algumas ações básicas realizadas na área financeira pelas empresas. Assim, o objetivo deste trabalho foi identificar os principais instrumentos de gestão financeira utilizados pelas micro empresas pesquisadas, com a intenção de produzir um diagnóstico que servirá de parâmetro para os micros empresários, no sentido de aprimorar a gestão financeira.

O estudo justifica-se, pois dados do próprio SEBRAE, indicam uma alta mortalidade das microempresas. Esses dados apontam como um dos principais fatores que levam à morte precoce destas microempresas, a falta e má gestão do capital de giro. Neste sentido, o presente estudo utilizou os conceitos básicos de gestão do capital de giro, para analisar as ações voltadas à área financeira das microempresas.

Também, deve-se considerar que a extensão universitária, é ponto fundamental na atividade acadêmica, por isso sendo importante analisar os resultados gerados para a sociedade, por meio das informações repassadas aos empresários.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 SEBRAE

No site do SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), tem-se a informação que esta instituição é uma entidade privada de interesse público que se propõe a estimular o espírito empreendedor e promover a competitividade e o desenvolvimento auto-sustentável dos pequenos negócios; que na sua composição existem 27 unidades descentralizadas, uma em cada Estado da Federação e Distrito Federal, formando uma rede com 750 postos de atendimento, 4.400 colaboradores e 9.000 consultores externos, de norte a sul do Brasil.

O SEBRAE desenvolve diversos projetos de apoio as micro e pequenas empresas. Um desse projeto denomina-se “Negócio a Negócio”, que tem por finalidade acompanhar o desenvolvimento dos empreendedores individuais e microempresas por meio de um atendimento gratuito, presencial e continuado, com foco em gestão. A intenção do referido projeto foi atender 80 mil empresas em todo o Estado do Rio Grande do Sul. Para isso, são previstas três visitas em cada empreendimento, viabilizadas em parceria com Universidades locais.

2.2 A Micro e Pequena Empresa

O art. 170 da Constituição Federal impôs tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte e o art. 179 instituiu tratamento jurídico diferenciado no que diz respeito a obrigações administrativas, tributárias, previdenciárias e creditícias, por parte da União, Estados, Distrito Federal e Municípios determinando que o assunto fosse tratado em lei específica. Neste sentido, surgiu a Lei nº 9.841/99 e Lei nº 9.317/96, onde a primeira instituiu o Estatuto das ME e EPP e a segunda dispõe sobre o regime tributário das ME e EPP. A Lei nº 9.841/99 foi posteriormente revogada pela Lei Complementar nº 123/06, que instituiu o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.

Esse dispositivo constitucional serviu de base para perceber o potencial que as ME e as EPP teriam para a economia nacional, fazendo com que elas se desenvolvessem.

Na legislação pode-se destacar, também a Lei estadual nº 11.440/00, que possui caráter de incentivar o desenvolvimento das ME e EPP, criando o certificado de responsabilidade social para as empresas em geral, sendo dentre elas as Micro e Pequenas Empresas. O critério principal para concorrer à certificação é a publicação do Balanço Social do exercício imediatamente anterior ao exercício em questão.

2.3 CAPITAL DE GIRO

O capital de giro tem participação relevante no contexto operacional das empresas, representando uma parcela importante de seus ativos totais investidos.

Segundo Hoji (2000, p.109), capital de giro “é conhecido também como capital circulante e corresponde aos recursos aplicados em ativos circulantes, que transformam-se constantemente dentro do ciclo operacional”. O capital de giro fica circulando na empresa e sua transformação gera reflexos na contabilidade.

Conceitualmente, Neves & Viceconti (1998, p.243) dizem que capital de giro “representa o capital circulante (ativo circulante), ou seja, os recursos que possuem constante movimentação no período”. Por consequência, serve para identificar os recursos próprios e de terceiros, que foram aplicados no ciclo operacional. Nota-se que esse ciclo representa a aplicação de recursos na atividade da entidade até a formação dos estoques que, mediante venda, voltarão a ser valores disponíveis.

Para Assaf Neto & Silva (1997, p.15), o capital de giro, também tratado como capital circulante, “é representado pelo ativo circulante, isto é, pelas aplicações correntes, identificadas geralmente pelas disponibilidades, valores a receber e estoques”. De uma forma mais ampla, todos os recursos demandados por uma empresa para financiar suas necessidades operacionais são considerados capital de giro.

A administração de capital de giro é um dos elementos mais significativos da administração financeira. Segundo Gitman (1997, p.279), “a administração de capital de giro abrange a administração de contas circulantes da empresa, incluindo ativos circulantes e passivos circulantes”. Nesse contexto, o capital de giro precisa manter-se em um nível satisfatório, ou seja, os ativos circulantes devem ser capazes de cobrir seus passivos circulantes.

Para Ross, Westerfield & Jordan (1998, p.30), a gestão do capital de giro em uma empresa “é uma atividade diária que visa assegurar que a empresa tenha recursos suficientes para continuar suas operações e evitar interrupções muito caras”, com isso envolvendo várias atividades relacionadas com recebimentos e desembolsos da empresa.

Na administração do capital de giro, explica Assaf Neto & Silva (1997, p.15), “são estudados fundamentalmente o nível adequado de estoque que a empresa deve manter, seus investimentos em créditos a clientes, critérios de gerenciamento de caixa e a estrutura dos passivos correntes,” com a intenção da manutenção de determinado nível de rentabilidade e liquidez, que seja consistente em relação aos objetivos enunciados pela empresa.

O princípio essencial da administração eficiente do capital de giro de uma empresa, para Bodie & Merton (1999, p. 420), “é minimizar o volume dos investimentos da empresa em ativos não-lucrativos, como contas a receber e estoques”, para assim maximizar o uso de fonte de fundos gratuitos, como pagamentos recebidos dos clientes, salários provisionados e contas a pagar, que normalmente não acarretam cobrança explícita de juros.

Conforme Hoji (2000), as principais fontes de financiamento do capital de giro são onerosas, pois são representadas pelos empréstimos e financiamentos bancários e pelos parcelamentos de impostos vencidos, que geralmente geram valores significativos de encargos financeiros.

Para que as empresas alcancem um equilíbrio em seu capital de giro, é preciso encontrar um equilíbrio financeiro que, conforme o conceito de Assaf Neto & Silva (1997, p.24), “é verificado quando suas obrigações financeiras se encontram lastreadas em ativos com prazos de conversão em caixa similares aos dos passivos”.

Padoveze (2009) complementa que como os estoques podem ser financiados, por meio de fornecedores, prazos de impostos e pagamento de salários, financeiramente o valor do dinheiro necessário para o giro normal dos negócios da empresa pode ser menor. Desta, forma, tem-se o capital de giro próprio, ou seja, a diferença entre ativo circulante e passivo circulante.

A gestão do capital de giro não é prerrogativa exclusiva da grande empresa; na micro e pequena empresa a gestão do capital de giro torna-se essencial, pois a capacidade para cumprir suas obrigações diárias será definida pela capacidade do pequeno negócio em gerar caixa, e isto só é possível por meio de uma adequada gestão das contas a receber e do estoque.

3 METODOLOGIA

Em termos metodológicos, tem-se uma pesquisa descritiva, pois foi feita uma descrição dos dados relativos as microempresas da Região Sul do Rio Grande do Sul. Conforme Cervo & Bervian (2002, p.66), a pesquisa descritiva “procura descobrir, com a precisão possível, a frequência com que um fenômeno ocorre, sua relação e conexão com outros, sua natureza e características”. A pesquisa descritiva ocorre mais freqüentemente nas

ciências sociais e humanas, tratando de dados e problemas que não constam em registro documental.

Quanto à abordagem do problema, o estudo utilizou uma abordagem quantitativa e qualitativa para análise dos dados dos questionários. Para Richardson (1989, p.29), a abordagem quantitativa “caracteriza-se pelo emprego de quantificação tanto nas modalidades de coleta de informações, quanto no tratamento delas por meio de técnicas estatísticas”.

A pesquisa qualitativa, conforme Godoy (1995, p.58), “não procura enumerar e/ou medir os eventos estudados, nem emprega instrumental estatístico”. Assim parte de questões ou focos de interesses amplos, que vão se definindo no transcorrer do estudo.

O objeto de estudo desta pesquisa são as microempresas, correspondendo a aproximadamente um total de 5.000 empresas, da Região Sul do Rio Grande do Sul, deste grupo foram tabulados neste estudo um total de 2.583 microempresas. O estudo foi viabilizado com os dados dos questionários aplicados aos empresários. O elemento de análise aborda a gestão de capital de giro nas microempresas, como fator causador da mortalidade destas empresas.

A coleta de dados foi derivada dos atendimentos realizados pelos estudantes da Universidade Federal do Rio Grande – FURG, que prestaram assessoria aos microempresários da Região, tendo como principais cidades-alvo os municípios de Rio Grande, Pelotas, Camaquã, São Lourenço do Sul, Jaguarão e São José do Norte. A coleta de dados é a etapa inicial do tratamento dos dados. De acordo com Lakatos & Marconi (1982, p.30), “é tarefa cansativa e toma, quase sempre, mais tempo do que se espera”, exigindo paciência, perseverança e esforço pessoal do pesquisador, além do cuidado no registro dos dados.

Em relação à coleta de dados, Barros & Lehfeld (1986, p. 108) afirmam que “significa a fase da pesquisa em que se indaga e se obtém dados da realidade pela aplicação de técnicas”. A forma de obtenção dos dados é definida em função do instrumento de pesquisa escolhido, que pode ser um questionário ou uma entrevista.

Os dados primários, considerados neste trabalho, foram aqueles coletados por meio dos questionários aplicados pelos estudantes. Portanto, os dados primários foram coletados pelos estudantes junto às microempresas.

A análise dos dados tem por objetivo, conforme Gil (1994, p.166), “organizar e resumir os dados de forma tal que possibilitem o fornecimento de respostas ao problema proposto para investigação”. Já no que se refere a interpretação, o objetivo é procurar um sentido mais amplo das respostas, o que é obtido por meio da relação com conhecimentos anteriormente adquiridos.

O instrumento utilizado foi um questionário (estruturado), com perguntas fechadas para os dados primários, disposto com questões elaboradas pelo SEBRAE, sobre as diversas áreas da empresa. Este estudo, ficou detido nas questões relacionadas a gestão do capital de giro.

Segundo Gil (1994, p.24), o questionário pode ser definido “como a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas”, lembrando que o objetivo dessa investigação é conhecer opiniões, sentimentos, interesses, expectativas, etc.

Por fim, Barros & Lehfeld (1986) esclarecem que, ao elaborar o seu instrumento de pesquisa, o pesquisador deve estar preocupado em determinar o tamanho, o conteúdo, a organização e a clareza na forma de apresentar as questões, com a finalidade de estimular o informante a responder.

4 RESULTADOS

A finalidade de um projeto de extensão é trazer benefícios a sociedade, por meio da interação entre essa sociedade e o meio acadêmico, por consequência o envolvimento do estudante no projeto de extensão, também irá trazer benefícios na sua formação acadêmica.

Neste caso, o envolvimento do acadêmico é presente em todas as etapas do projeto, assim no decorrer do projeto os estudantes realizavam atendimentos aos microempresários, em três etapas, conforme segue:

- Diagnóstico de Gestão Empresarial da Empresa atendida;
- Devolutiva do diagnóstico, proposição de plano de ação e apresentação das ferramentas para a melhoria de gestão sugerida;
- Avaliação dos atendimentos prestados, aplicabilidade das ferramentas e esclarecimento de algumas dúvidas que tenham ficado sobre as melhorias implementadas.

A primeira etapa tinha a finalidade de conhecer o empreendimento e entender quais ações são realizadas em termos de gestão. Nesta etapa, o estudante realizou perguntas sobre as diversas áreas da empresa, por meio de questão fechadas, normalmente, com três opções de respostas.

Na segunda etapa, com o auxílio de docentes das Universidades, o estudante elaborou um diagnóstico da situação presente da empresa e propôs ações para melhorar as áreas mais críticas, apresentando uma série de instrumentos de gestão que possam colaborar na gestão da empresa.

Por fim, na terceira etapa, um estudante diferente daquele que realizou as etapas anteriores, avaliou o trabalho realizado até o momento, e verificou se os instrumentos de gestão sugeridos na etapa anterior foram aplicados e proporcionaram resultados favoráveis para o negócio.

Neste estudo, as informações coletadas foram obtidas na primeira etapa, focando os aspectos relacionados a área de gestão financeira. Nesta área, existiam no questionário doze questões, destas foram selecionadas cinco para a análise, que tratam mais diretamente do capital de giro; estas questões são descritas a seguir:

Questão 1 - Sua empresa controla a entrada e saída de dinheiro?

- (a) Não, apenas no final do dia faço um fechamento de caixa.
- (b) Tenho um controle informal de entrada e saída de dinheiro.
- (c) Sim, tenho um controle formalizado e detalhado das entradas e saídas de dinheiro.

Questão 2 - Você sabe calcular a necessidade de capital de giro?

- (a) Não, solicito o capital de giro de acordo com que estimo necessitar.
- (b) Faço um cálculo informal com base nas obrigações e informações da empresa.
- (c) Sim, calculo com base uma planilha de custos e giro.

Questão 3 – Você possui informações referente a suas disponibilidades financeiras existentes? (Fluxo de Caixa)

- (a) Não, não tenho essa informação.
- (b) Tenho uma estimativa do valor que disponho.
- (c) Sim, tenho a informação exata de quanto disponho.

Questão 4 – Você utiliza alguma ferramenta (anotações, planilha eletrônica, software, etc) para gerir a entrada e saída de mercadorias?

- (a) Não, não tenho nenhum controle sobre as entradas e saídas e mercadorias.
- (b) Tenho um controle informal do estoque.
- (c) Sim, tenho um sistema para controle do estoque.

Questão 5 – Sua empresa possui um controle formal para verificar os valores a receber de clientes?

- (a) Não, possuo anotações informais.
- (b) Possuo um controle formal dos valores significativos.
- (c) Sim, possuo uma planilha de controle formal dos valores a receber.

As questões selecionadas são aquelas mais relacionadas com a gestão do capital de giro, e por consequência serviram de base para analisar o conhecimento do empresário sobre os seus controles financeiros. As respostas obtidas estão descritas, e analisadas nas tabelas a seguir:

Tabela 1 – Respostas da questão 1

Sua empresa controla a entrada e saída de dinheiro?		
(a) Não, apenas no final do dia faço um fechamento de caixa	378	14,63%
(b) Tenho um controle informal de entrada e saída de dinheiro.	763	29,54%
(c) Sim, tenho um controle formalizado e detalhado das entradas e saídas de dinheiro	1.442	55,83%
Total de microempresas pesquisadas	2.583	100,00%

A tabela 1 demonstra que 55,83% das microempresas pesquisadas afirmam ter um controle formalizado das entradas e saídas de caixa, o que indica em um primeiro momento, o interesse no controle de caixa, que é um instrumento fundamental na gestão do capital de giro.

Tabela 2 – Respostas da questão 2

Você sabe calcular a necessidade de capital de giro?		
(a) Não, solicito o capital de giro de acordo com que estimo necessitar	960	37,17%
(b) Faço um cálculo informal com base nas obrigações e informações da empresa.	872	33,76%
(c) Sim, calculo com base uma planilha de custos e giro	751	29,07%
Total de microempresas pesquisadas	2.583	100,00%

Em relação ao cálculo das necessidades de capital de giro, nota-se que apenas 37,17% diz não saber calcular a necessidade de capital de giro, por outro lado, mais de 60% dos empresários afirmam calcular de forma formal ou informal as necessidades de capital de giro. Essa resposta, confirma o exposto na primeira questão, em que os microempresários afirmam controlar o seu caixa, resultando em condições favoráveis para o cálculo de suas necessidades de capital de giro.

Tabela 3 – Respostas da questão 3

Você possui informações referente a suas disponibilidades financeiras existentes? (Fluxo de Caixa)		
(a) Não, não tenho essa informação	537	20,79%

(b) Tenho uma estimativa do valor que disponho	826	31,98%
(c) Sim, tenho a informação exata de quanto disponho	1.220	47,23%
Total de microempresas pesquisadas	2.583	100,00%

A tabela 3 indica que 47,23% das microempresas têm informação sobre os seus fluxos de caixa, ou seja, tem um controle sobre as entradas e saídas de recursos conhecendo as origens e aplicações de seus recursos financeiros. Essa situação é possível, pois conforme já percebido nas questões anteriores mais de 50% das microempresas tem controle de caixa, e mais de 60% das microempresas consegue fazer o cálculo formal ou informal das necessidades de capital de giro, em consequência parte desse grupo respondeu ter controle do fluxo de caixa.

Tabela 4 – Respostas da questão 4

Você utiliza alguma ferramenta (anotações, planilha eletrônica, software, etc) para gerir a entrada e saída de mercadorias?		
(a) Não, não tenho nenhum controle sobre as entradas e saídas e mercadorias	852	32,98%
(b) Tenho um controle informal do estoque	770	29,81%
(c) Sim, tenho um sistema para controle do estoque	961	37,21%
Total de microempresas pesquisadas	2.583	100,00%

Nesta tabela aparece que 37,21% das microempresas praticam um controle formal dos estoques, e mais 29,81% tem um controle informal, indicando que mais de 60% das microempresas controlam seus estoques, fato, que também contribui para gestão do capital de giro.

Tabela 5 – Respostas da questão 5

Sua empresa possui um controle formal para verificar os valores a receber de clientes?		
(a) Não, possuo anotações informais	614	23,77%
(b) Possuo um controle formal dos valores significativos	523	20,25%
(c) Sim, possuo uma planilha de controle formal dos valores a receber	1.446	55,98%
Total de microempresas pesquisadas	2.583	100,00%

A última informação analisada refere-se ao controle formal das contas a receber, e o percentual de microempresas que possui controle formal dos valores a receber representou 55,98%, quantidade semelhante ao número de empresas que controle seu caixa, demonstrando que o controle de contas a receber tem relação direta com o controle de caixa.

De uma forma geral, em relação aos resultados obtidos pode-se afirmar que aproximadamente 60% das empresas tem um controle formalizado e detalhado das entradas e saídas de dinheiro, possuem parâmetros formais e informais para calcular o capital de giro, um sistema de controle dos estoques, tem informação exata sobre seu fluxo de caixa e possuem planilha para controle formal dos valores a receber, mostrando uma preocupação significativa com a gestão financeira.

5 CONCLUSÃO

Como resultado deste estudo, pode-se perceber que uma atividade de extensão traz ao acadêmico a possibilidade de visualizar na prática, como as microempresas tratam seus recursos financeiros, especialmente como estão gerindo o seu capital de giro.

Desta forma, partindo do objetivo proposto de identificar os principais instrumentos de gestão financeira utilizados pelas microempresas pesquisadas, com a intenção de produzir um diagnóstico que servirá de parâmetro para os microempresários, no sentido de aprimorar a gestão financeira; pode-se concluir que as microempresas têm preocupação formal com o caixa e as contas a receber, e informal com os demais componentes da gestão do capital de giro. No entanto a percepção do empresário em relação a gestão financeira está mais restrita ao caixa, e o projeto está colaborando no sentido de mostrar ao empresário que é necessário gerir de forma adequada os estoques e os direitos a receber de clientes, para obter bons resultados na gestão financeira.

Neste sentido, conclui-se ao final que as microempresas, em sua maioria, utilizam instrumentos como controle de caixa, fluxo de caixa, análise de necessidade de capital de giro, controle de estoques e contas a receber, na gestão financeira de seus empreendimentos, mas os percentuais demonstrados indicam que não existe uma relação entre esses instrumentos, pois alguns deles são utilizados formalmente e outros informalmente; e conforme estabelecido na base teórica, a boa gestão do capital de giro está diretamente relacionada a gestão integrada dos componentes do caixa (e fluxo de caixa), das contas a receber e dos estoques.

Com base, no exposto pode-se perceber que este projeto de extensão pode ser fundamentalmente, para diminuir a mortalidade das microempresas, pois a informação gerada servirá para mostrar que os microempresários precisam integrar seus instrumentos de gestão financeira, para manter equilibrado em seu capital de giro.

REFERÊNCIAS

ASSAF NETO, Alexandre, SILVA, César Augusto Tibúrcio. **Administração do capital de giro**. 2.ed. São Paulo : Atlas, 1997.

BARROS, Aidil Jesus Paes de, LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Fundamentos de metodologia**: um guia para a iniciação científica. São Paulo: McGraw-Hill, 1986.

BODIE, Zvi, MERTON, Robert C.; trad. James Sudelland Cook. **Finanças**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

_____. **Lei nº 9.317, de 05 de dezembro de 1996**. Dispõe sobre o regime tributário das microempresas e das empresas de pequeno porte, institui o Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de pequeno Porte - SIMPLES e dá outras providências. Brasília, DF. Disponível em < <http://www.receita.fazenda.gov.br/legislacao/leis/Ant2001/lei931796.htm> > Acesso em: 01/08/2010.

_____. **Lei nº 9.841, de 05 de outubro de 1999**. Institui o estatuto da microempresa e da empresa de pequeno porte, dispendo sobre o tratamento jurídico diferenciado, simplificado e favorecido previsto nos arts. 170 e 179 da Constituição Federal. Brasília, DF. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9841.htm > Acesso em: 01/08/2010.

_____. **Lei Estadual nº 11.440, de 18 de janeiro de 2000.** Cria o certificado Responsabilidade Social – RS – para empresas estabelecidas no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências. Brasília, DF. Disponível em < <http://www.crcrs.org.br/resnormas/lei11440.htm> > Acesso em: 09/08/2010.

_____. **Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.** Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. Brasília, DF. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp123.htm#art89 > Acesso em: 09/08/2010.

CERVO, Amado Luiz, BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia Científica.** São Paulo: Prentice Hall, 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 4.ed. São Paulo: Atlas, 1994.

GITMAN, Lawrence J. **Princípios de administração financeira.** 7.ed. São Paulo: Harbra, 1997.

GODOY, Arilda Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades - uma revisão histórica dos principais autores e obras que refletem esta metodologia de pesquisa em Ciências Sociais. Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v.35, nº2, p.57-63, março/abril 1995.

HOJI, Masakazu. **Administração Financeira – Uma Abordagem Prática.** 2.ed. São Paulo : Atlas, 2000.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados.** São Paulo: Atlas, 1982.

NEVES, Silvério das, VICECONTI, Paulo Eduardo V. **Contabilidade Avançada - e análise das demonstrações financeiras.** 7. ed. ampl., rev. e atual. São Paulo : Frase Editora, 1998.

PADOVEZE, Clóvis Luis. **Introdução à administração financeira: texto e exercícios.** São Paulo: Cengage Learning, 2009.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social: métodos e técnicas.** São Paulo: Atlas, 1989.

ROSS, Stephen A., WESTERFIELD, Randolph W., JORDAN, Bradford D. **Princípios de administração financeira.** Tradução: Antônio Zoratto Sanvicente. São Paulo: Atlas, 1998.

SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS - SEBRAE. Portal institucional. Disponível em < <http://www.sebrae.com.br/> > Acesso em: 01/10/2010.